

A Compreensão Relacional Sistêmica do Jovem Adulto Solteiro na Atualidade: Alguns Aportes Teóricos

Carolina Duarte de Souza ¹
Maria Aparecida Crepaldi ²

Resumo

Esse trabalho visa enriquecer as discussões acerca da terapia relacional sistêmica individual fornecendo bases teóricas para práticas clínicas e pesquisas ao contextualizar o adulto jovem solteiro dentro dessa perspectiva na atualidade. Para tanto, se realizou um estudo teórico e de caráter exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica de levantamento de dados, que resultou numa revisão de literatura sobre a compreensão relacional sistêmica sobre o adulto jovem solteiro, enfocando-se os seguintes aspectos: a teoria bioecológica do desenvolvimento humano, o ciclo vital da família e o indivíduo e as fronteiras familiares. Considerando a complexidade exposta nesses trabalhos é que o terapeuta relacional sistêmico poderá iniciar um trabalho psicoterapêutico com o jovem adulto solteiro. Essas reflexões também podem auxiliar na elaboração de novas pesquisas no enfoque relacional sistêmico acerca desse tema.

Palavras-chave: jovens; família; contemporaneidade.

The Systemic-Relational Comprehension of the Contemporary Young Single Adult: Some Theoretical Support

Abstract

This paper aims to enrich the discussions of individual systemic relational therapy providing a theoretical basis for clinical practice and research to contextualize the young adult within this perspective today. To this end, a theoretical study was conducted through a bibliographical research survey

¹ Mestranda de Psicologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC], Docente da Graduação em Psicologia da Faculdade Três de Maio - SETREM e Psicóloga Pediátrica do Município de Cerro Largo- RS. É especialista em psicologia clínica reconhecida pelo CFP.

² Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSC.

data, which resulted in a literature review of systemic relational understanding about the young adult, focusing on the following aspects: a bioecological theory of human development the family life cycle, and individual and family boundaries. Considering the complexity exposed in these studies is that the therapist may initiate a systemic relational psychotherapeutic work with the young single adult. These reflections can also assist in the preparation of new research in relational systemic focus on the subject.

Keywords: *young adults; family; modernity.*

De acordo com Tronco (2008) apesar de processos psicoterapêuticos individuais ancorados no paradigma sistêmico serem comuns nos atendimentos clínicos, são poucos os trabalhos, especialmente na literatura nacional, que versam sobre o tema. Segundo a autora, no fim dos anos oitenta surgiram os primeiros escritos acerca da utilização dos conceitos e técnicas sistêmicas nas terapias individuais, em resposta às dificuldades de se trabalhar sempre com todos os membros da família presentes.

As poucas referências existentes são todas internacionais, e derivam de uma prática já estabelecida na clínica: Weber e Simon (1989, como citado em Tronco, 2008), com o artigo Terapia individual sistêmica; Boscolo e Bertrando (1996, como citado em Tronco, 2008), terapeutas familiares italianos que escreveram Terapia sistêmica individuale, e Maldonado (1999, como citado em Tronco, 2008) com o trabalho Bosquejos en progreso hacia una teoría relacional del self: bases para una terapia individual sistêmica. Devido à carência de publicações na área em âmbito nacional, com direcionamentos à terapia relacional sistêmica individual, adaptadas às especificidades da cultura brasileira, terapeutas acabam por desenvolver práticas por meio de transferência de conceitos e técnicas da terapia familiar e de casal para o campo individual, sem realizar as devidas adaptações para esse contexto.

Como grande parte da demanda por atendimentos individuais clínicos concentra-se na população de adultos jovens solteiros; visamos nesse trabalho enriquecer essa discussão fornecendo bases teóricas para pensar a prática clínica e de pesquisa, ao caracterizar o adulto jovem dentro da perspectiva relacional sistêmica na atualidade. Para tanto, realizamos um estudo teórico, por meio de uma pesquisa bibliográfica de levantamento de dados, na biblioteca do Familiare Instituto Sistêmico, no Google Acadêmico e nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-PSI, 2010) que inclui as bases: Index-Psi, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, Periódicos Eletrônicos Em Psicologia e Scielo; em que foram considerados todos os artigos publicados até o ano de realização da pesquisa, 2010, que permitiram o acesso ao texto completo.

A partir dos documentos analisados sobressaíram-se três temas que se configuram como substratos teóricos para o entendimento do trabalho psicoterapêutico com jovem adulto solteiro. A teoria bioecológica do desenvolvimento humano, o ciclo vital da família, e, o indivíduo e as fronteiras familiares se apresentam como narrativas úteis para a terapia individual com essa população, e orientaram a discussão que segue.

A teoria bioecológica do desenvolvimento humano

Ao refletir sobre a caracterização do adulto jovem dentro da abordagem sistêmica, é pertinente atentar-se aos trabalhos de Urie Bronfenbrenner, principal teórico da teoria bioecológica, que focalizou suas pesquisas acerca do desenvolvimento humano nas trocas e processos que se dão entre o indivíduo e os outros elementos do sistema (Narvaz & Koller, 2004; Bronfenbrenner, 2011³).

Este modelo considera que o desenvolvimento acontece por meio de processos de intercâmbios mútuos e dinâmicos que complexificam-se cada vez mais, promovendo as transformações da pessoa em seus aspectos biopsicológicos e dos indivíduos, elementos e símbolos de seu meio imediato (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Concebe-se, então o desenvolvimento humano a partir da relação de interação dinâmica entre quatro componentes principais: o Processo, a Pessoa, o Contexto e o Tempo (PPCT) (Bronfenbrenner & Morris, 2006, Bronfenbrenner, 2011).

O processo é considerado o núcleo do modelo PPCT (Bronfenbrenner & Morris, 2006), sendo composto pelas trocas de energia entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente (Bronfenbrenner & Evans, 2000). É necessário que o indivíduo participe ativamente de inter-relações cada vez mais complexas com outras pessoas, objetos e símbolos para desenvolver-se integralmente em seus aspectos intelectual, emocional, social e moral. Porém, essas inter-relações serão eficazes apenas se ocorrerem sob um alicerce bastante constante por meio de períodos estendidos de tempo. Os processos que acontecem frequentemente no meio imediato com participação efetiva, face a face, recíproca e progressivamente mais complexa, são conhecidos como processos proximais [PP], e são considerados as forças propulsoras do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Bronfenbrenner, 2011).

³ Esta referência foi agregada ao trabalho após o período de realização da pesquisa bibliográfica dada sua relevância para o estudo e pelo fato de ser a tradução para a língua portuguesa de obras de Urie Bronfenbrenner já anteriormente utilizadas no trabalho no idioma original.

Desse modo, para compreendermos o processo desenvolvimental do jovem adulto é necessário que nos atentemos aos PP nos quais ele participa e na forma como eles ocorrem. Dentre esses PP, as relações com os membros do sistema familiar são relevantes, visto que essas têm uma constância e historicidade únicas. Entretanto, o poder dos PP para influenciar o desenvolvimento varia consideravelmente em função das outras três propriedades definidoras do modelo PPCT (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

O componente da pessoa contém suas características cognitivas, motivacionais e socioemocionais, que interferem nos PP, ao mesmo tempo em que são constituídas por eles. O curso do desenvolvimento humano é influenciado e moldado por três dimensões dessas características:

a) as disposições comportamentais ativas são características pessoais que colocam os PP em ação e apoiam a sua execução, por meio de: curiosidade, tendência para iniciar e engajar-se em atividades individuais ou com outras pessoas, responsividade à iniciativa de outros e autoeficácia; ou atrasam e impedem a ocorrência dos PP por meio de: impulsividade, explosividade, desatenção, agressividade, apatia, irresponsabilidade, insegurança e timidez (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Wendt, 2006);

b) os recursos biopsicológicos, são características pessoais compostas pelas habilidades psicológicas (capacidades, conhecimentos e experiências) que contribuem para a efetividade dos PP em determinada fase de desenvolvimento e pelas deficiências (condições limitadoras do funcionamento integral do organismo - alterações genéticas, prematuridade, deficiências físicas, doenças crônicas severas e dano cerebral) que podem dificultar a ocorrência dos PP (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Wendt, 2006);

c) as demandas pessoais que são as características de aparência e personalidade da pessoa, elas podem estimular ou desencorajar reações das outras pessoas, o que poderá influenciar na ocorrência de PP (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Wendt, 2006).

Portanto, ao trabalhar com um jovem adulto solteiro precisamos investigar suas características pessoais e refletir com a pessoa a maneira como essas características interferem em suas relações e nas potencialidades e dificuldades que o sujeito depara-se cotidianamente.

O componente dos contextos de vida da pessoa é o terceiro do modelo e inclui as inter-relações de quatro estruturas ambientais, articuladas concentricamente contidas umas nas outras, e que formam o ambiente global em que o sujeito se insere e no qual se desenrolam os processos desenvolvimentais (Bronfenbrenner, 1993; 2011).

Essas estruturas ambientais são: microssistema (família, trabalho, grupo de amigos, etc.), contextos de relações imediatas do sujeito, a es-

trutura e conteúdo dos microsistemas influenciam os PP), mesossistema (por exemplo: relação entre o ambiente família e o ambiente trabalho, são as inter-relações entre os ambientes do microsistema, portanto é modificado cada vez que a pessoa começa ou deixa de fazer parte de um meio), exossistema (família e trabalho dos amigos, etc., são os contextos em que, apesar do sujeito não participar ativamente, podem ocorrer eventos que a afetem) e macrossistema (engloba todos os outros meios, são as interconexões entre as culturas, subculturas, crenças e valores presentes no dia-a-dia da pessoa) (Bronfenbrenner, 1993; 2011). É necessário que o terapeuta esteja atento às interações que ocorrem entre os diferentes contextos de vida do adulto jovem, para auxiliá-lo a se localizar nas diversas interações que estabelece, influenciando e sendo influenciado pelas mesmas.

O tempo é o último componente do modelo PPCT, e envolve as influências das permanências, rupturas e alterações nos eventos no decorrer dos tempos sobre o desenvolvimento humano. A análise desse se dá em três níveis: a) microtempo, em que ocorrem as (des)continuidades dos episódios dos PP; b) mesotempo, diz respeito a frequência e regularidade dos PP ao longo de dias e semanas; e c) macrotempo, que se refere aos fatos em transição na sociedade ao longo das gerações, bem como a forma como estes afetam a pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Bronfenbrenner, 2011). Essa análise temporal dos eventos que ocorrem na vida do adulto jovem é fundamental para a compreensão do valor das diferentes situações vivenciadas para o sujeito.

O Modelo Bioecológico – PPCT – se constitui, assim, em uma teoria por meio da qual se pode compreender que o desenvolvimento individual e familiar se influenciam mutuamente, sendo que se destacam e se consideram todas as interações que o sujeito estabelece, tanto na família, como com outros sujeitos, objetos e símbolos em qualquer momento de seu ciclo de vida (Wendt, 2006). Este lembra ao terapeuta de forma bastante didática a complexidade do desenvolvimento humano, colocando variáveis que não podem ser deixadas de fora do processo terapêutico.

O ciclo vital da família

Outro conceito que contribui para a contextualização do jovem adulto na perspectiva sistêmica é a noção de ciclo vital da família, discutida amplamente na terapia familiar. De acordo com Duque (1996) quando se acompanha uma família por um período temporal espaçado, nota-se seu desenvolvimento como um sistema aberto, que passa por estágios de transformações que influenciam tanto cada membro do sistema em

suas singularidades, como a família em sua totalidade. Segundo Carter e McGoldrik (2001) e Cervený (2002) o ciclo vital do indivíduo ocorre circunscrito ao ciclo de vida da família, visto que o último é o espaço principal de crescimento humano. Dessa forma, os comportamentos individuais são compreendidos em relação às transições que o sistema familiar como um todo sofre ao longo da vida.

A família, enquanto conjunto de inter-relações que se movimenta ao longo do tempo, possui características peculiares que a distingue de qualquer outro sistema: seus integrantes entram pelo nascimento e só podem deixar de participar do grupo quando morrem. Assim, segundo Carter e McGoldrik (2001), o sistema familiar abarca ao menos três gerações que coexistem, cada uma tendo suas funções desenvolvimentais próprias por cumprir que influenciam e são influenciadas pelas tarefas das outras gerações.

Os estressores familiares são analisados por Carter e McGoldrik (2001) nos sentidos horizontal e vertical. Em termos verticais encontram-se os padrões, mitos, segredos e legados familiares que são transmitidos através das gerações. Já os estressores horizontais dizem respeito àqueles que afetam a família ao longo do tempo em suas mudanças e transições, tanto esperadas (estágios do ciclo vital), como inesperadas (desemprego, acidentes, doenças crônicas, morte precoce). Para essas autoras, o nível de estresse produzido nos pontos de encontro dos estressores horizontais e verticais é decisivo para a maneira como a família irá lidar com os períodos transitórios ao longo de seu ciclo vital.

Nas fases de transição, a estabilidade e o arranjo familiar são desafiados por novas situações que requerem uma alteração nas regras e funções vigentes no sistema familiar. Esses períodos de passagem são muitas vezes acompanhados de conflitos e angústia entre os membros, caracterizando momentos de crise, que se espera, cedam espaço a padrões de interação mais complexos de crescimento no relacionamento familiar (Duque, 1996; Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999).

Carter e McGoldrik (2001) ao pesquisarem, desde meados dos anos 1970, famílias de classe média norte-americanas propuseram estágios de transição pelas quais a maioria das famílias passa. Esses estágios têm o propósito de destacar o movimento implícito essencial de ampliação, retração e rearranjo do sistema para dar conta dos movimentos de chegada de novos membros, partida de outros e desenvolvimento dos demais de maneira adequada. Segundo Cervený (2002) a classificação proposta por essas autoras se diferencia das elaborações de outros pesquisadores do ciclo vital familiar por analisarem a família de modo intergeracional, ou seja,

compreendê-la a partir de quatro gerações, e não apenas pelas relações da família nuclear.

Essa classificação em estágios se deu a partir de certa regularidade encontrada nos padrões familiares, mas não deve ser tomada rigidamente, como norma, e sim como auxílio ao terapeuta a compreender quais tarefas desenvolvimentais a família precisa cumprir em cada momento. Outro aspecto a ser salientado é o fato de se tratar de uma sociedade muito diferente daquelas compostas pelos países da América Latina, portanto, suas afirmações devem ser consideradas com reservas, mesmo em se tratando das camadas médias brasileiras, que teriam mais proximidade com as famílias que são descritas no texto de Carter e McGoldrik (2001).

Estas autoras propõem os seguintes estágios: a emancipação do jovem adulto solteiro; o novo casal; famílias com filhos pequenos; famílias com adolescentes; lançando os filhos e seguindo em frente; e famílias no estágio tardio da vida. Existem, ainda, variações, também previsíveis, desse ciclo, que diriam respeito, por exemplo, a questões relativas ao gênero, cultura, divórcio e recasamento, alcoolismo, situação socioeconômica da família (Carter & McGoldrik, 2001).

Carter e McGoldrik (2001) descrevem algumas implicações acerca de mudanças específicas com as quais a família necessita trabalhar para seguir em seu processo de desenvolvimento, em cada estágio do ciclo. Essas mudanças requeridas são de duas ordens diferentes: as de primeira ordem são aquelas que pedem uma reestruturação da família com acréscimo de competências ao sistema; já as de segunda ordem dizem respeito a mudanças no padrão de relacionamento do próprio sistema familiar. Um processo psicoterapêutico com famílias em fases de transição deve direcionar seus esforços para que as mudanças de segunda ordem ocorram, pois são elas que propiciarão a reorganização das relações familiares que responderão aos desafios dessa etapa do ciclo de vida familiar.

Ao pesquisarem o contexto brasileiro, Cerveny e Berthoud (1997) propuseram uma classificação flexível das famílias em quatro estágios: aquisição, adolescente, madura e última. Essa categorização também analisa a família de forma intergeracional e considera diferenças culturais entre a população brasileira e a norte-americana, porém não destaca o período de diferenciação do jovem adulto solteiro de sua família de origem, colocando o casamento como fase inicial da família.

No presente trabalho, partindo da literatura e de nossa experiência clínica, consideramos que é importante que o jovem adulto solteiro se diferencie primeiramente de sua família de origem, para então iniciar uma nova família na fase de aquisição proposta por Cerveny e Berthoud (1997).

Pensamos dessa maneira pelo fato da resolução do estágio de emancipação do adulto jovem solteiro implicar profundamente nas escolhas futuras que a pessoa faz nos próximos períodos de transição (Carter & McGoldrik, 2001), pois, apesar dessa fase poder ser considerada a mais individual do ciclo vital da família, sua passagem adequada requer, talvez, algumas das maiores renegociações de padrões relacionais com a família de origem (Aylmer, 2001).

Portanto, para os nossos objetivos descreveremos a etapa de emancipação do jovem adulto solteiro de Carter & McGoldrik (2001), atentando-se ao fato deste sofrer impactos das ansiedades produzidas pelas transições que os outros membros do sistema familiar estão passando. Como no caso de uma família que passa concomitantemente pelas seguintes tarefas: proporcionar a emancipação do jovem adulto solteiro; contribuir com as questões do meio da vida dos pais e lidar com a velhice dos avós.

Três são as principais mudanças de segunda ordem referidas como tarefas desenvolvimentais deste estágio do ciclo de vida familiar: a) que o sujeito se veja como uma pessoa distinta de sua família de origem; b) que o indivíduo estabeleça relações íntimas com outros adultos que estejam passando pelo mesmo momento do ciclo de vida familiar; e, c) que a pessoa se posicione diante das questões profissionais e alcance independência financeira de sua família de origem (Carter & McGoldrik, 2001).

Nessa fase do ciclo vital da família o adulto jovem solteiro volta sua atenção para a definição de metas individuais para sua vida, para o desafio de reconhecer-se como um indivíduo singular, que, então, posteriormente possa unir-se a outra pessoa, caso o casamento venha a ser um objetivo de vida, dando início a um novo sistema a partir deste. Menos serão os estressores verticais que acompanharão o sujeito nas próximas etapas de sua vida, quanto melhor ele conseguir, nesse momento, diferenciar-se do roteiro emocional de sua família de origem. Esta é a oportunidade dada ao adulto jovem para que este analise e escolha em sua família de origem, os legados transgeracionais que trará consigo, os padrões de relacionamento que abandonará e o que ele criará individualmente (Carter & McGoldrik, 2001).

A finalização esperada dessa fase do ciclo vital requer que o adulto jovem solteiro possa separar-se de sua família de origem sem que haja rompimentos ou fuga reativa para um esconderijo afetivo substituto. Geralmente, as dificuldades nessa etapa se dão em uma das partes não conseguir identificar a necessidade de estabelecer estilos relacionais menos hierárquicos entre pais e filhos, agora adultos. Pode ocorrer que os pais incentivem seus filhos a permanecer dependentes deles tanto emocionalmente como

financeiramente, assim como, os filhos podem querer essa dependência ou se revoltar e romper relações com sua família de origem numa falsa independência (Carter & McGoldrik, 2001; Minuchin & Fishman, 2003).

Para Carter e McGoldrik (2001) esses rompimentos, que acontecem em reação a conflitos mal resolvidos, não promovem a desvinculação afetiva do jovem adulto solteiro dos padrões interativos da família de origem. Assim, ao invés do indivíduo criar soluções adequadas aos relacionamentos afetivos estabelecidos, prosseguirá reproduzindo os mesmos padrões, com os quais rompeu e com os quais não está de acordo.

A reorganização das relações familiares de adultos-adolescentes para adultos-adultos demanda um estilo interativo pautado no respeito e em padrões comunicativos singulares. É necessário que o adulto jovem aceite seus pais como são, sem querer modificá-los naquilo que ele gostaria que eles fossem, e sem cobrá-los por aquilo que não conseguiram ser ou fazer. Por outro lado, os pais também precisam reconhecer no jovem adulto alguém com objetivos e desejos próprios, sem esperar que estes respondam as demandas e anseios parentais (Carter & McGoldrik, 2001). Aylmer (2001) ressalta que a resposta dos pais em relação às necessidades impostas por esta fase do ciclo vital familiar dependerá, em parte, de como estes vivenciaram esta etapa da sua própria vida e das questões que lhe são impostas neste momento em seu relacionamento conjugal e com seus próprios pais. Dessa maneira, a terapia com jovens adultos costuma centrar-se na construção por parte do sujeito de novas formas de relacionamento com sua família de origem, que lhe permitam ocupar uma função diferente dentro deste sistema (Carter & McGoldrik, 2001).

Por outro lado, ao invés de romper, muitos filhos jovens adultos têm prolongado sua permanência na casa dos pais. Este movimento que tem ocorrido no país com mais frequência nos últimos anos entre as camadas médias da população, tem sido objeto de estudo de pesquisas brasileiras (Borges & Magalhães, 2009; Henriques, Féres-Carneiro & Magalhães, 2006; Henriques, Jablonski & Féres-Carneiro, 2004; Silveira & Wagner, 2006; Vieira & Rava, 2010). Esses trabalhos têm discutido as funções e consequências desse fenômeno, chamado tanto de “geração canguru” - referindo-se ao marsupial que carrega seus filhotes em uma bolsa no ventre materno -, como “fase do ninho cheio” – em oposição ao nomeado por Minuchin & Fishman (2003) como fase do ninho vazio sobre famílias com filhos adultos.

A maioria das pesquisas enfoca mais as questões sociológicas e antropológicas envolvidas nesse fenômeno, do que a forma como os adultos jovens significam essa permanência na casa paterna. Tanto o estudo de

Henriques et al. (2004), como o de Féres-Carneiro e Magalhães (2006) e Vieira e Rava (2010) constituem pesquisas teóricas fundamentadas em abordagem sociopsicológica do prolongamento da convivência familiar entre pais e filhos adultos que discutem que as questões de diferenças geracionais na compreensão de mundo - pais o entendem como estável, filhos o vivenciam pela provisoriade das relações -, bem como o cenário econômico atual favorecem o adiamento da saída do jovem adulto solteiro da residência de sua família de origem. Borges & Magalhães (2009) num estudo teórico com enfoque antropológico à luz do conceito de individualismo, compreende que atualmente esses jovens permanecem na casa dos pais com uma dependência financeira aliada a autonomia de suas famílias.

A pesquisa de Silveira e Wagner (2006), por outro lado, se propõe a abordar as questões psicológicas envolvidas no fenômeno geração canguru/fase do ninho cheio, concluindo que os jovens não saem de casa principalmente pelas dificuldades em inserir-se no mercado de trabalho com uma remuneração que possibilite a manutenção de seu padrão de vida, somado ao desejo de continuar usufruindo da comodidade e segurança da residência dos pais. Assim, podemos pensar que a questão central desse fenômeno não está no fato do jovem adulto morar no lar parental, mas sim no tipo de relação que este estabelece com os mesmos, em questões referentes à sua diferenciação, intimidade, escolha profissional e independência financeira. Ou seja, se independente de estar sob o teto paterno, esse jovem consegue ter objetivos de vida próprios, estabelecer relações íntimas sem conflitos com sua família, fazer suas escolhas profissionais sem ter que atender às expectativas familiares, e não depender financeiramente de seus pais para tudo. Sabemos que esse último item é particularmente complicado na sociedade brasileira, porém é importante que gradativamente o jovem adulto passe a se responsabilizar por suas finanças, e que inclusive possa abdicar dos confortos que tem na casa paterna para assegurar seu processo de emancipação.

O indivíduo e as fronteiras familiares

Aliado à compreensão bioecológica do desenvolvimento e à noção de ciclo vital da família está o conceito de fronteiras familiares desenvolvido por Salvador Minuchin. Em sua compreensão do sistema familiar, destacam as seguintes propriedades do mesmo: as formas particulares de conexão entre seus membros, o modo como o mesmo está estruturado, seus padrões de

repetição⁴, a existência de subsistemas que se influenciam mutuamente e o fato deste passar por períodos de constância e transição ao longo do tempo.

É por meio de seus subsistemas ou holons – subdivisões de um sistema maior – que a família desempenha suas funções e seus objetivos. Esses podem ser definidos pelo gênero, geração, função ou interesse. Em que pese as novas configurações familiares que fazem da família um núcleo multifacetado em organização e dinâmica, no sistema familiar costumamos encontrar os subsistemas parental, conjugal, fraternal, individual, das mulheres, dos homens, das crianças, dos adolescentes, dos adultos, ou subsistemas formados por outros critérios como, por exemplo, o dos que apreciam a leitura, entre outros. Assim, um membro familiar participa de vários subsistemas ao mesmo tempo. Um adulto jovem solteiro provavelmente faz parte minimamente dos subsistemas individual, fraternal, dos homens (ou mulheres), dos adultos e dos filhos adultos (Minuchin, 1990; Minuchin & Fishman, 2003).

A participação ou não e a forma como o adulto jovem solteiro integra esses subsistemas é determinada por regras implícitas e explícitas que são estabelecidas pelas fronteiras entre os sistemas e subsistemas. Essas têm a função de assegurar a diferenciação dos membros do sistema e manter as características que marcam a distinção de um subsistema dos demais (Minuchin, 1990). As fronteiras familiares variam quanto à sua permeabilidade de abertura ou restrição em relação aos demais sistemas, configurando-se diferentemente de acordo com as características de cada família, podendo ser rígidas, difusas ou nítidas (Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999).

Quando conseguimos determinar claramente as funções e o espaço que cada integrante de um subsistema desempenha e ocupa, e a possibilidade de trocas comunicacionais do subsistema com o meio, afirmamos que as fronteiras dessa família estão nítidas (Minuchin, 1990). Neste caso, o adulto jovem sabe que faz parte e como participa do subsistema de adultos, podendo trazer novos elementos aprendidos em outros sistemas a esse grupo, mas tem clareza que não é integrante do subsistema parental, que deve ser composto pelos responsáveis pelos cuidados e educação dos filhos.

Uma família que se caracterize, em dado momento, por fronteiras difusas, com regras não muito bem definidas quanto à participação dos membros nos subsistemas acarreta um emaranhamento das funções

⁴ Ao falar em estrutura familiar, Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999) referem-se a modos relacionais repetitivos e predizíveis que se estabelecem entre os membros do sistema. Essas formas de relacionar-se dizem respeito a alianças, conflitos e divisões hierárquicas relevantes dentro da família que repercutem nas condutas e padrões interativos de cada membro familiar.

dos integrantes e uma indiferenciação desse sistema em relação ao meio (Minuchin, 1990). Para exemplificar, imaginemos que uma família não tenha fronteira nítida entre os subsistemas adulto e parental, dessa forma confunde-se ser adulto e ter uma opinião própria sobre diferentes assuntos, como opinar sobre a educação e cuidado dos filhos. Assim, provavelmente ora o jovem adulto será incluído no subsistema adulto, ora será banido desse grupo, sem poder definir-se claramente como sujeito integrante ou não do subsistema.

As famílias com fronteiras rígidas, por outro lado, cessam os canais de comunicação entre seus subsistemas, não permitindo trocas entre estes e o meio (Minhucin, 1990). Tomando um exemplo, pode acontecer que não seja permitida a entrada do adulto jovem no subsistema familiar adulto, pois a necessidade de mudanças pelas transições do ciclo de vida familiar não é reconhecida pela família. Assim, se o indivíduo fazia parte do subsistema criança, não poderá deixar de participar deste para ingressar em outros subsistemas, primeiramente de adolescente e posteriormente de adulto, será sempre tratado de acordo com as regras destinadas às crianças. A dificuldade em definir claramente as fronteiras familiares entre os subsistemas, com regras e hierarquias de relações bem estabelecidas, é um fator que contribui para vários problemas encontrados na terapia relacional sistêmica com jovem adulto solteiro.

O indivíduo é considerado o menor subsistema familiar em número de integrantes, este é concebido como uma unidade destacada, porém sempre analisado como parte de um sistema maior. Isso porque cada integrante é influenciado, assim como influencia a formação das regras sobre as expectativas, permissões e restrições estabelecidas pela família. Ademais, as características que diferenciam cada membro da família são determinadas em parte pelas qualidades e funções que são atribuídas ao indivíduo pelos outros familiares, sendo este um processo ao mesmo tempo de reconhecimento do sujeito e limitador de sua identidade. É necessário então, num processo terapêutico trabalhar com o sujeito contextualizado nos diferentes sistemas nos quais participa, sejam estes família, comunidade, trabalho, entre outros, para que se possa conhecer diferentes facetas do mesmo (Minhucin et al., 1999, Minuchin & Fishman, 2003).

A compreensão do adulto jovem pelos terapeutas italianos Andolfi, Angelo, Menghi e Nicolo-Corigliano (1989), também parte de uma perspectiva relacional, colocando-o como integrante do sistema familiar. Esses autores afirmam que em seus trabalhos com famílias objetivam entender a complexidade dos comportamentos de seus membros, bem como o desenvolvimento de cada um no seio da família. Assim, consideram que o indivíduo

e seu processo de diferenciação – “necessidade de auto-expressão” (p.18) de cada pessoa – ocupam lugar central na terapia familiar, por entender que existe uma conexão essencial entre essas necessidades pessoais e as demandas contextuais de manutenção da união da família.

É nas relações com outras pessoas, tanto do sistema familiar como de outros contextos, que o sujeito pode diferenciar-se, ou seja, construir uma identidade própria, ocupar um lugar singular nos diferentes grupos dos quais faz parte. A riqueza dessa diferenciação depende da diversidade dos relacionamentos estabelecidos. Ou seja, o quanto esses agregam aprendizados de novas formas de interação, que proporcionem ao indivíduo desempenhar diferentes funções em diferentes subsistemas, sem perder a noção integrada de si mesmo. As mudanças nos padrões de relacionamento de uma pessoa implicam em alterações concomitantes na interação complementar dos outros membros do sistema. E é essa dinâmica contínua de renegociações das funções dos sujeitos no sistema, que marca tanto o desenvolvimento individual como familiar ao longo do tempo (Andolfi et al., 1989; Andolfi, 2003).

Conforme exposto no início desse trabalho, a terapia relacional sistêmica ainda está bastante atrelada às intervenções com famílias, e isso acontece em pela dificuldade em se escrever e encontrar literatura sobre processos individuais que se baseiem nessa perspectiva terapêutica, mas também à importância fundamental que, ainda hoje, a família ocupa no processo de saúde e doença psíquica do indivíduo, como descrito na revisão de literatura realizada.

Assim, muitas das contribuições da teoria relacional sistêmica para a realização de um processo psicoterapêutico individual com um jovem adulto não dizem respeito diretamente, apenas, às técnicas de intervenção clínica, mas referem-se a embasamentos teóricos que orientam a compreensão do terapeuta acerca de sua concepção sobre o cliente e as dificuldades trabalhadas no processo terapêutico.

Precisamos considerar a complexidade de fatores em interação envolvidos nas situações vivenciadas pelo adulto jovem solteiro e assim recorrer a uma compreensão contextualizada dos fenômenos que aparecem no processo terapêutico. Além de ponderar que transformações ocorridas no indivíduo repercutem em mudanças em todos os sistemas aos quais ele faz parte (familiar, educacional, laboral, recreativo, político, cultural, religioso, entre outros), e que, essas alterações, por vezes são imprevisíveis e dessa forma é preciso estar atento aos efeitos do processo terapêutico nesses sistemas (Vasconcellos, 2002; Morin, 2005; Najmanovich, 1995; Minayo, 2006).

É importante também, lembrar-se que a realidade é multi-versa, ou seja, não é possível conceber a existência de apenas uma versão válida dos fatos. Isso faz com que o terapeuta, ao mesmo tempo respeite e considere as versões dos fatos trazidas pelo adulto jovem, e questione que outras narrativas poderiam surgir daquela situação se outras pessoas estivessem narrando o mesmo evento (Vasconcellos, 2002; Najmanovich, 1995).

Levar em conta as reflexões acima tecidas é uma indicação importante para o trabalho terapêutico inicial com o jovem adulto solteiro. Assim, sempre que preciso, devemos relembrar que o sujeito é um ser relacional que só pode ser estudado em suas diversas relações nos diferentes contextos em que se encontra. Dessa forma ele é sempre parte de um sistema, seja este a família nuclear, as amizades, o trabalho, a família extensa, entre outros, sendo este é o pressuposto básico para qualquer trabalho psicoterapêutico que se diga fundamentado na terapia relacional sistêmica, seja ele individual, familiar ou grupal. Além disso, nesta fase do ciclo vital familiar, de emancipação do jovem adulto solteiro, consideramos que a terapia individual pode trazer contribuições no processo de diferenciação do indivíduo, quando este é visto como parte do sistema familiar com o qual precisa estabelecer novos padrões relacionais.

Essas reflexões também podem auxiliar na elaboração de novas pesquisas no enfoque relacional sistêmico acerca desse tema, ao fornecer embasamento teórico para compreensão do fenômeno a ser investigado, assim como a formulação de hipóteses de pesquisa.

Referências

- Andolfi, M., Angelo, C., Menghi, P., & Nicolo-Corigliano, A. M. (1984). *Por trás da máscara familiar: Um novo enfoque em terapia da família*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andolfi, M. (2003). *El colóquio relacional*. Barcelona: Paidós.
- Aylmer, R. (2001). O lançamento do adulto jovem solteiro. In B. Carter & M. McGoldrick. *As mudanças do ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (Cap. 9, pp. 169-183). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (1993). Ecological models of human development. In M. Gauvain & M. Cole. *Readings on the development of children* (2th edition, Cap. 5, pp.37-43). New York: Freeman.
- Bronfenbrenner U., & Evans, G.W. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs,

- and empirical findings. *Social Development*, 9(1), 15–25.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. Lerner, *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (5th edition, Cap. 14, pp. 993–1028). New York: Wiley.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (2006). The bioecological model of human development. In W. Damon & R. Lerner, *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (6th edition, Cap. 14, pp. 793-829). Hoboken, NJ: Wiley.
- Borges, C. de C., & Magalhães, A. S. (2009) Transição para a vida adulta: Autonomia e dependência na família. *Psico*, 40(1), 42-49.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (2001). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para terapia familiar. In B. Carter & M. McGoldrick. *As mudanças do ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (Cap. 1, pp. 7-29). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Cervený, C. M. de O. (2002). Pensando a família sistemicamente. In C. M. de O. Cervený, C. M. E. Berthoud e cols. *Visitando a família ao longo do ciclo vital* (Cap. 1, pp. 17-27). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cervený, C. M. de O., & Berthoud, C. M. (1997). *Família e ciclo vital: Nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Duque, D. F. (1996). Crises normais do ciclo de vida familiar. *Revista da Assoc. Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo*, 5, 78-86.
- Henriques, C. R., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2006). Trabalho e família: O prolongamento da convivência familiar em questão. *Paidéia*, 16(35), 327-336.
- Henriques, C. R., Jablonski, B., & Féres-Carneiro, T. (2004). A “Geração Canguru”: Algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. *PSICO* 2(35), 195-205.
- Minayo, M. C. de S. (2006). Correntes de pensamento. In M. C. de S. Minayo *O desafio do conhecimento científico: Pesquisa qualitativa em saúde* (9. ed. revista e aprimorada, pp. 81-142). São Paulo: Hucitec.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S., & Fishman, C. (2003). *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Morin, E. (2005). *Os saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez.
- Najmanovich, D. (1995). El lenguaje de los vínculos: De la independencia

- absoluta a la autonomia relativa. In E. Dabas, & D. Najmanovich. *Redes. El lenguaje de los vínculos: Hacia la reconstrucción Y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires: Paidós.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In S. H. Koller (org.) *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp.51-55). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Silveira, P. G., & Wagner, A. (2006). Ninho cheio: A permanência do adulto jovem em sua família de origem. *Estudos em Psicologia*, 23(4), 441-453.
- Tronco, C. B. (2008). Contribuições para uma terapia sistêmica individual. *Pensando Famílias*, 12(1), 133-142.
- Vasconcellos, M. J. E. de (2002). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus.
- Vieira, A. C. S., & Rava, P. G. S. (2010). Ninho cheio: uma nova etapa do ciclo vital familiar? *Barbarói*, 33, ago./dez.
- Wendt, N. C. (2006). *Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento da criança durante a transição para a parentalidade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Endereço para correspondência

carolzunino@gmail.com

Enviado em 30/08/2012

1ª revisão em 21/05/2012

Aceito em 09/07/2012